



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2012

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO
DE 2012: -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º secretário e Sr.ª Sara Raquel Fresco, 2ª secretária. Estiveram, igualmente, presentes os membros da Assembleia Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Enfermeira Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Sr.ª Ana Maria Laranjeiro Silva, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço e Sr. Gabriel Pinho, encontrando-se ausentes a Professora Maria Fernanda Costa Batista e o Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** começou por informar que o Sr. membro da Assembleia Vítor Miguel Seabra Lourenço tinha dirigido uma carta à Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde solicitava a suspensão de mandato e questionou toda a Assembleia se haveria algo a opor ao pedido feito. -----

----- Não se verificando intervenções relativamente à suspensão de mandato do Sr. membro da Assembleia, a mesma foi colocada à votação do plenário e **aprovada por unanimidade**.-----

----- Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Partido Social Democrata propunha o Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro para ocupar o lugar de membro da Assembleia Municipal, em substituição do Sr. Vítor Miguel Seabra Lourenço, saudando o mesmo. -----

----- Seguiu-se a “posse” do **Sr. membro da Assembleia Pedro Jorge Morais Laranjeiro (PSD)** que passou a ler o juramento legal, que a seguir se transcreve, assinando-o no fim: “*Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente e pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”.-----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- O **Sr. secretário da mesa, Calisto Coquim**, informou que tinha solicitado aos serviços a atualização do site da Assembleia Municipal e pediu, a todos os presentes, que preenchessem o formulário que tinha disponibilizado para o efeito. Pediu ainda que os mesmos disponibilizassem fotografias atualizadas. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** deu continuidade aos trabalhos, colocando à aprovação do plenário a ata da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2011. -----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)**. Reportando-se à página 33 referiu que onde constava: “*O Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD) referiu que as Assembleias municipais tinham sido eleitas para estarem atentas...*”, ficaria melhor e era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua intenção dizer o seguinte: “O Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD) referiu que os membros da Assembleia Municipal tinham sido eleitos para estarem atentos...” -----

----- Seguiu-se o Sr. membro da Assembleia Juan António (PSD) que se reportou à pág. 28 e disse que onde constava: “...se na conta corrente estavam consagradas receitas que envolvessem mais o tecido empresarial local ou se abrangia todos os fornecedores”, queria ter dito: “... se na conta corrente estavam consagradas despesas que envolvessem mais o tecido empresarial local ou se abrangia todos os fornecedores”. -----

----- Prosseguiu para a pág.40 e onde constava: “... ou seja, as obras que iam executar, qual o rumo que iam tomar, o plano de atividades mais relevantes, entroncar também num plano estratégico de médio longo prazo”, referiu que deveria ser: “as atividades mais relevantes” ou “o plano de atividades”. -----

----- Na pág. 41 onde constava: “Referiu que, até ao momento, muito se tinha falado na palavra “Estado”, mas que não os levava a nada, pois tinham era que tornar Mira um Concelho mais solidário e mais saudável, com os parques recursos e gerir de uma forma muito mais profissionalizada”, disse que faltava a palavra “existentes”, considerando que devia ser “Referiu que, até ao momento, muito se tinha falado na palavra “Estado”, mas que não os levava a nada, pois tinham era que tornar Mira um Concelho mais solidário e mais saudável, com os parques recursos existentes e gerir de uma forma muito mais profissionalizada”. -----

----- Na pág. 43 disse que tinha afirmado: “que me apraz registar” e não: “que lhe aprazia”. ----

----- Não se verificando mais intervenções, a ata foi colocada à votação do plenário, sendo aprovada por maioria, com a abstenção dos Srs. membros da bancada do PSD. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. membro da Assembleia Pedro Nunes (PSD)** interveio e disse que a sua abstenção se devia a não ter estado presente na sessão. A mesma razão levou à abstenção do **Sr. membro da Assembleia Pedro Laranjeiro (PSD)**.-----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** usou da palavra e, para que constasse em ata, disse que, independentemente de virem posteriormente a apresentar por escrito nova declaração de voto, quis registar que o motivo da abstenção da bancada do PSD se devia apenas ao último ponto da ordem de trabalhos. Reafirmou o teor constante da sua declaração de protesto na altura e quis dizer que tudo o descrito sobre a declaração, por parte de alguns intervenientes no mesmo ponto, merecia da parte do grupo municipal do PSD o mais veemente repúdio. Tratava-se de afirmações sobre as quais não queria sequer pronunciar-se.-----

----- Ao abrigo da parte final do artº. 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem de trabalhos da sessão sofreu alteração, por inclusão de mais dois assuntos, cuja urgência de deliberação imediata foi, por todos, reconhecida. -----

----- Assim, a ordem de trabalhos da presente sessão, passou a ser a seguinte: -----

----- *“PONTO UM: Aprovação de moção relativa à proposta de reformulação do mapa judiciário/encerramento do tribunal de Mira.*-----

----- *PONTO DOIS - Aprovação de moção relativa à proposta de lei nº. 44/XII da Presidência do Conselho de Ministros (nºs. 4 e 5 do artigo 9º.) – regime jurídico da reorganização administrativa*-----

----- *PONTO TRÊS - Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro*-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO QUATRO:** *Retificação, nos termos do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de janeiro, de deliberação: alteração dos estatutos da Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque e autorização da cedência (troca) de participações sociais.* -----

----- **PONTO CINCO:** *Deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, sobre Integração no domínio público municipal de terrenos para acesso.* -----

----- **PONTO SEIS:** *Deliberação relativa à proposta de não adjudicação, revogação da decisão de contratar do Concurso Público de Concessão de Exploração do uso privativo do bar da Piscina Municipal de Mira, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º1 do artigo 79.º e artigo 80.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como, nova abertura de concurso público de concessão com a aprovação das peças processuais, programa de procedimento, caderno de encargos, júri do concurso e respetiva delegação de competências".*-----

----- Face à alteração referida, foi dada continuidade aos trabalhos, em cumprimento da ordem do dia, não tendo sido concedido tempo para outras intervenções, designadamente no período de “antes da ordem do dia”, o que motivou o protesto e abandono dos trabalhos pelos senhores membros da Assembleia Carlos Milheiro e José Balugas, dos grupos municipais do PS e do MAR respetivamente, como adiante se encontra mencionado no texto. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Não se verificaram intervenções-----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO UM: Aprovação de moção relativa à proposta de reformulação do mapa judiciário/encerramento do tribunal de Mira.**-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** iniciou a sua intervenção e, referindo-se ao anunciado encerramento do tribunal, deixou a nota para que a Assembleia refletisse sobre a oportunidade de se pronunciar sobre essa situação; considerou que se tratava de uma proposta infeliz, sendo que o tribunal de Mira cumpria as exigências para não ser alvo de encerramento; aliás, estava bastante acima dos mínimos requeridos para esse efeito. Sendo certo que não havia qualquer pagamento pela utilização dos edifícios e todos os encargos corriam por conta da Autarquia, com as vantagens enormes que significava à justiça e nos ganhos de produtividade não era aceitável o seu encerramento. Não se poderia comparar ter o acesso à justiça no concelho ou a 15 ou 20km de distância e, para as próprias pessoas que tinham necessidade de recorrer à justiça, era uma diferença bastante grande. -----

----- Tratava-se de um interesse maior e, nesse registo, sugeriu que se encontrasse uma forma para se pronunciarem sobre o assunto. Pediu que se procurasse um entendimento entre os grupos municipais para que se saísse da sessão com uma posição forte, para tentarem perceber até que ponto era possível retroceder na intenção do encerramento do tribunal. O executivo tinha agendadas reuniões, vinha a fazer o seu trabalho e era a vez da Assembleia Municipal fazer o seu trabalho, reafirmando uma vez mais que era necessário que os grupos tomassem uma posição.-----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** e começou por dizer que a bancada do PSD tinha uma moção para apresentar à mesa relativamente à situação do tribunal, que passou a ler e que seguidamente se transcreve:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- “O poder político central, certamente com base apenas numa lógica economicista, apresentou uma proposta de reformulação do mapa judiciário que, podendo diminuir a curto prazo a despesa pública, é, na maioria dos casos, um profundo travar do acesso à justiça por parte dos cidadãos. O encerramento de serviços de justiça no Concelho de Mira é uma medida que tem como consequência um maior afastamento dos serviços públicos ao cidadão comum, aumentando as situações de desigualdade entre aqueles que possuem condições sociais e económicas que lhe permitem aceder a organismos públicos distantes do local onde vivem ou trabalham, e os que pela idade ou pela insuficiência de meios, veem o seu direito de cidadania diminuído, não podendo deixar de manifestar o nosso total desacordo. -----

----- Centralizar estes serviços não faz com que a justiça se torne mais rápida. Antes pelo contrário. O encerramento do Tribunal faz com que a justiça de proximidade ficará mais pobre e muito mais lenta para os habitantes. É preciso apostar em tribunais como o de Mira, onde os custos de operação são reduzidos, insignificantes na soma total dos custos operacionais do Ministério da Justiça. Nestas circunstâncias a defesa dos interesses dos Mirenses deve ser unânime e publicamente defendida por todos os autarcas eleitos, independentemente da sua ideologia política. Assim, e acreditando que não é com o encerramento de serviços públicos de proximidade que se defendem os interesses dos portugueses em geral e dos Mirenses em particular, os membros da Assembleia Municipal de Mira consideram que a manutenção deste serviço público deve ser uma realidade e rejeitam o seu encerramento com base em estatísticas que, consideram, não têm em conta as necessidades da população local. -----

----- Mira, 29 de fevereiro de 2012” -----

----- Após a leitura da moção, o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** deixou ainda a sugestão de remeter a moção ao Sr. Primeiro-Ministro e à Sr.^a Ministra da Justiça, aos restantes



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

órgãos de soberania, aos representantes da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos líderes parlamentares e à imprensa local e regional. Referiu que se a moção fosse aceite pelas partes e se estivesse conforme, poderia ser base de trabalho, discussão e análise. ----

----- Interveio o **Sr. membro da Assembleia José Balugas (MAR)** e disse que era concordava com a proposta apresentada pelo PSD; iriam ouvir a proposta do PS e informou que os próprios tinham uma pequena proposta que não iam entregar, porque se reviam, de alguma forma, na proposta já apresentada pelo PSD. Acrescentou, ainda, que tinha havido um esforço muito grande para aproximar a justiça dos cidadãos, o tribunal não tinha sido fácil de conseguir para Mira, tinha sido disponibilizado um equipamento (o edifício) numa tentativa de colmatar a desigualdade no acesso à justiça, daí que não vissem com bons olhos que o tribunal saísse de Mira. Considerou que seria um retrocesso no desenvolvimento no concelho de Mira e, em especial, no acesso à justiça dos cidadãos que, caso se verificasse a extinção do tribunal, passavam a ter de se deslocar para lugares mais longínquos para aceder à justiça. Era seu entendimento que todos deviam condenar a tentativa de lhes retirarem o tribunal de Mira. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia Juan António (PSD)** que começou por dizer que era importante ouvir o executivo para esclarecer quais as medidas que tinham sido tomadas, pois naquela situação, pese embora houvesse uma tomada de posição comum a ambas as partes, tinha que se exercer uma magistratura de influência e era importante que tudo fosse tratado ao mais alto nível. Seria importante um dossier bem elaborado com a defesa das particularidades do Concelho. Mira tinha que desenvolver uma magistratura de influência, elaborar um dossier que permitisse contrapor essa posição. Referiu-se à intervenção do colega de bancada José Frade e disse que, particularmente, tinham feito, dentro dos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimentos que tinham e junto dos membros da Assembleia eleitos pelo círculo de Coimbra, a manifestação de algum desagrado com a situação.-----

----- O **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, Dr. João Reigota**, usou da palavra e disse que estava preocupado, pois era a primeira vez que via publicamente da parte de um partido com a responsabilidade do PSD, uma posição firme quanto ao tribunal de Mira. A sua preocupação devia-se ao facto de ser uma questão que já vinha a ser debatida em Mira há algum tempo, a posição do PSD em reunião do Executivo tinha sido ambígua pois o Sr. Vereador do PSD, que tinha estado presente, não tinha concordado com o documento proposto para ser aprovado. Regozijou-se por o Sr. membro da Assembleia José Frade ter esclarecido a situação e ter acabado por dizer que o Partido Social Democrata estava contra o encerramento do tribunal, que tinha sido conquistado com “sangue, suor e lágrimas” há 12 anos.-----

----- Considerou que a falta de respeito do Governo pelo poder local tinha sido “gritante”, não tinha havido a comunicação de proposta de encerramento do tribunal, tinham-no sabido através da comunicação social, que trouxe a maior perturbação e indignação, devido à falta de comunicabilidade relativamente a um assunto tão importante. Informou que, assim que tiveram conhecimento da “intenção de encerrar o tribunal” (via imprensa), tinha questionado a Sr.^a Ministra sobre o assunto, já que não tinha havido a hombridade de informar o Executivo da referida intenção. -----

----- Estava agendada uma reunião para dia 12 de março com a Sr.^a Ministra e aguardavam serenamente, embora preocupados, pois o encerramento do tribunal era um assunto bastante marcante negativamente. Também informou que, em reunião de câmara, o Executivo já tinha tomado posição pública relativamente ao tribunal e que iam estabelecendo contatos com a Associação Nacional de Municípios. Para finalizar, disse que também tinha ficado patente nas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavras dos membros da Assembleia do PSD, que era um assunto que os devia unir. Julgava que estavam todos juntos nos propósitos fundamentais que era salvar o tribunal de Mira. -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** disse que, após ouvidas as moções dos partidos, a mesa nada tinha a opor à moção, mas questionou a bancada do MAR e do PS qual a opinião e o que sugeriam para acrescentar à moção apresentada pelo bancada do PSD. ----

----- Adiantou ainda que na moção proposta pelo PSD, no final, onde constava “*meramente bases estatísticas*” que se incluísse o ponto “1.2.3” constante na proposta do partido socialista, porque especificava o movimento. A estatística real mostrava que se tratava praticamente de mais de três vezes do número de processos a partir do qual a lei dizia que não se devia encerrar o tribunal, pois estava patente na lei que o mínimo de processos para manter o tribunal aberto era 250/ano e, em 2011, tinham dado entrada 1200 processos. Entre 2008 e 2010 tinham entrado 1080 processos em média por ano, estando portanto muito acima da média. -----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Balugas (MAR)**. Proferiu que considerava a moção do PSD como sendo bastante consensual. Concordou com o Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, quando o mesmo disse que faltava o ponto relativamente ao número de processos. Na moção estava o que defendiam, que era a “*rapidez na justiça, proximidade e os custos operacionais*”. Consideravam que deviam acrescentar o número de processos entrados no tribunal de Mira de modo a reforçar a moção. -----

----- O **Sr. membro da Assembleia Paulo Grego (PS)** interveio e referiu que também o grupo do partido socialista concordava, na generalidade, com a moção apresentada pelo grupo municipal do PSD, sendo que também era sua opinião que deviam reforçar alguns pontos, nomeadamente o número de processos, pois a leitura do texto tornava-se mais clara, reforçar que a propriedade onde estava instalado o tribunal não trazia custos operacionais ao Ministério



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Justiça, uma vez que a manutenção do edifício era da Câmara Municipal e não lhes era cobrada qualquer renda. Considerou e deixou o destaque que o único critério que podiam não cumprir, *à priori*, era a distância ao tribunal mais próximo. Na sua perspetiva era facilmente contrariado, mostrando que fazendo uso dos transportes públicos não chegavam muito rápido, quer a Vagos ou Cantanhede ultrapassando o critério “tempo médio de percurso”. A proposta, na generalidade, acrescentada de mais objetividade no que respeitava a números, parecia-lhe que poderia ser unânime por parte da Assembleia. -----

----- Interveio o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** e disse que se congratulava por haver de todas as partes o “manifesto” da moção do PSD. Disse que *à priori* nada tinham contra a introdução dos pontos abordados, mas propôs que em vez de constar “*segundo informações a que tivemos acesso*”, antes: “*segundo informações anteriormente fornecidas pelo Executivo à Assembleia*”, pois tinha sido trabalho do executivo e não da Assembleia Municipal.-----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** referiu que ficaria melhor: “*dados a que a Assembleia teve acesso*”.-----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** leu a moção na totalidade para se perceber o contexto, que a qual se transcreve: -----

----- “*O poder político central, certamente com base apenas numa lógica economicista, apresentou uma proposta de reformulação do mapa judiciário que, podendo diminuir a curto prazo a despesa pública, é, na maioria dos casos, um profundo travar do acesso à justiça por parte dos cidadãos.* -----

----- *O encerramento de serviços de justiça no Concelho de Mira é uma medida que tem como consequência um maior afastamento dos serviços públicos ao cidadão comum, aumentando as situações de desigualdade entre aqueles que possuem condições sociais e económicas que lhe*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitem aceder a organismos públicos distantes do local onde vivem ou trabalham, e os que, pela idade ou pela insuficiência de meios, veem os seus direitos de cidadania diminuídos, merecendo desta Assembleia o seu total desacordo.-----

----- Centralizar estes serviços não faz com que a justiça se torne mais rápida. Antes pelo contrário. O encerramento do Tribunal de Mira faz com que a justiça de proximidade fique mais pobre e muito mais lenta para os habitantes. -----.

----- É preciso apostar em tribunais como o de Mira, onde os custos de operação são reduzidos, insignificantes na soma total dos custos operacionais do Ministério da Justiça. O tribunal de Mira está instalado num imóvel que pertence ao município, sem quaisquer encargos de utilização para o Estado. -----

----- Nestas circunstâncias, a defesa dos interesses dos Mirenses deve ser unânime e publicamente defendida por todos os autarcas eleitos, independentemente da sua ideologia política. Assim, e acreditando que não é com o encerramento de serviços públicos de proximidade que se defendem os interesses dos portugueses em geral e dos Mirenses em particular, os membros da Assembleia Municipal de Mira consideram que a manutenção deste serviço público deve ser uma realidade e rejeitam o seu encerramento com base em estatísticas que, consideram que não têm em conta as necessidades da população local e a realidade dos números.-----

----- Segundo dados a que a Assembleia Municipal teve acesso, no ano 2011, o movimento de processos no Tribunal de Mira foi de mais de 1200 e de 1260 processos entrados. Por outro lado, os dados estatísticos referidos no ensaio, não contemplam todo o tipo de processos entrados.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na realidade, mesmo considerando a estatística referida no ensaio, referente aos processos entrados nos anos de 2008 a 2010, os números não são substancialmente diferentes dos de 2011, dado que, mesmo nesses anos, entraram em média 1080 processos. -----

----- Mira, 29 de fevereiro de 2012” -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação, sendo **aprovada por unanimidade e aclamação** a moção relativa à proposta de reformulação do mapa judiciário/encerramento do tribunal de Mira. Mais, o Sr. Presidente da mesa informou que a mesma seria enviada a todos os órgãos de soberania, indicados pela bancada do PSD, que tinham acabado de aprovar como destino. -----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** usou da palavra e acrescentou à proposta, o envio aos partidos políticos e associações locais. -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** acrescentou ainda que se afixasse a moção também em todos os lugares de estilo para conhecimento da população. -----

----- **PONTO DOIS - Aprovação de moção relativa à proposta de lei nº. 44/XII da Presidência do Conselho de Ministros (n.ºs. 4 e 5 do artigo 9.º) – regime jurídico da reorganização administrativa** -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** introduziu o ponto e referiu que a questão estava relacionada com a reorganização autárquica e, nesses termos, estava prevista a extinção/fusão da freguesia de Carapelhos com a freguesia do Seixo. A legislação ainda estava em fase de apreciação e discussão pública para ser aprovada, mas o que incomodava era a usurpação e invasão do espaço de liberdade e de autonomia das Assembleias Municipais. Referiu que ao ler-se o projeto de Lei, verificava-se que não havia respeito pela liberdade, autonomia e independência da Assembleia Municipal. Havia ainda outro aspeto, que era a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“chantagem”, pois, a certa altura, dizia o texto do projeto de lei que: para as Assembleias que se “portem bem”, então havia benefícios para o concelho, aumentava a percentagem de financiamento de acesso ao limite de endividamento, havia vantagens; para os que se “portassem mal”, isto é, que não seguissem nem concordassem com a usurpação de poderes da Assembleia, havia uma penalização. Referiu que a situação era inaceitável à luz da visão puramente de equilíbrio democrático, nada tinha a ver com partidos, mas sim com uma conceção do funcionamento político da sociedade portuguesa.-----

----- A Assembleia Municipal tinha direitos, deveres, personalidade própria e não podia andar a ser obrigada a pronunciar-se; pronunciando-se ou dizendo que não, ou não se pronunciando, a sua atitude poderia contribuir para a penalização do Concelho. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** que começou por dizer que estavam abertos ao debate, análise e discussão do problema da extinção das freguesias. Reportou-se à intervenção do Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, quanto à “leitura” do projeto de Lei e, quanto ao mesmo, ter dito que estavam diante de uma fusão Carapinhos /Seixo. Considerou que estavam antes diante de uma reformulação das freguesias do Concelho, que podia não ser Carapinhos /Seixo, mas sim a fusão de outras freguesias. Anunciou que o PSD local vinha a fazer intervenções sistemáticas e periódicas, junto do poder regional e central, sobre o problema de Mira. Disse que as juntas de freguesia e os seus eleitos eram os primeiros a sofrer e a “sentir” as populações locais. Referiu que a posição devia ser clara e que as freguesias existentes eram aquelas que, no momento, eram tidas como as mais convenientes de servir as populações e a intenção de todos devia ser encontrar um consenso verbal e escrito. Aludiu, ainda, que o projeto de Lei poderia vir a criar novos problemas, pois nele constava que “*acima de 2500 eleitores, são todas urbanas*”, o que causava uma certa



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

confusão, pois a própria Praia de Mira era uma freguesia de mais de 2500 eleitores; e quando se dizia que as urbanas tinham que reduzir “X% a 50%”, disse esperar que não viessem a ser confrontados com mais problemas além dos “25% das rurais ou dos 25% daquelas que só tem 150 ou mais habitantes”. -----

----- Por último, o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** referiu que esperava que após o dia 01.03.2012 (e nos 90 dias seguintes em que a Assembleia da República se iria pronunciar) dessa discussão houvesse o máximo de serenidade e compreensão de todos os Srs. membros da Assembleia municipal, que se trabalhasse a bem de uma nova organização administrativa em Mira, que não causasse mais problemas económicos e circunstanciais em populações e que todos, independentemente da cor ideológica ou ações políticas que organizassem, membros da Assembleia eleitos e habitantes mirenses, fossem “dar a cara” para o terreno em defesa daquilo que fosse melhor. -----

----- Prosseguiu o **Sr. membro da Assembleia José Balugas (MAR)** e disse que, relativamente às freguesias, entendiam que eram a expressão mais elevada de cidadania, era o aproximar da política e das decisões políticas aos cidadãos. Nesse sentido, e tal como no ponto anteriormente discutido, considerou que o governo atual estava a querer centralizar tudo, quando a democracia se tinha esforçado por descentralizar e que, era sua opinião, quem “pagava e perdia” eram os cidadãos. Referiu ainda que a visão economicista do governo iria agravar as condições das populações e, nesse sentido, o grupo municipal do MAR era determinantemente contra a extinção de qualquer Freguesia no Concelho de Mira. Opunham-se determinantemente e lutariam para que tal não acontecesse. -----

----- Interveio, seguidamente, o **Sr. membro da Assembleia Paulo Grego (PS)** e disse que era oportuna a discussão, embora, como o Sr. membro da Assembleia José Frade já tinha referido,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iriam ser chamados a tomar uma posição sobre a temática, e aí teriam que chegar a um consenso no que tocava a essa deliberação. Era óbvio que, e até pelas posições já tomadas, o grupo parlamentar do PS também era linearmente contra a extinção de qualquer uma das quatro freguesias do Concelho, até porque cada uma tinha a sua história e identidade. Não lhe parecia que fosse uma medida que a curto prazo conseguisse vislumbrar qualquer melhoria a nível económico, que pudesse ser já traduzida numa poupança significativa. O que conseguiam ver, para já, era uma pequena convulsão, preocupação, descontentamento e, o que o mais preocupava, era o desconforto causado às populações que perdiam parte da sua identidade e os poucos serviços de proximidade que tinham no momento. -----

----- Parecia-lhe que era uma decisão política tomada por quem não conhecia a realidade na generalidade dos Concelhos e em concreto de Mira, daí que se associavam ao que já tinha sido proferido pelos colegas das bancadas do Partido Social Democrata e do Movimento Autárquico de Renovação. Também estavam contra qualquer decisão que fosse a alteração das quatro freguesias que tinham na atualidade. Ainda, referiu que lhe parecia importante ouvir os Presidentes de junta sobre aquilo que já tinham realizado nas freguesias, principalmente aquelas que no momento pudessem ser alvo de um “ataque” mais direto. Segundo sabia, já tinham sido realizadas Assembleias de freguesia; quis saber quais as conclusões a que tinham chegado e se havia unanimidade nas mesmas. Também era importante saber se os Presidentes de junta concordavam com a posição que estavam a adiantar. -----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia Gabriel Pinho (PSD)** que, na qualidade de Presidente da junta de freguesia de Carapelhos, informou que, tanto o próprio, como os seus colegas de Junta, tudo faziam e compareciam em todos os lugares onde eram chamados para discutir o *Livro Verde*. Referiu que a abordagem e as considerações tecidas ao *Livro Verde*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atualmente já não eram as mesmas, relativamente às iniciais. A lei que estava para ser submetida à aprovação era diferente.-----

----- Por último, disse que vinham a fazer tudo o possível, participavam em reuniões com a ANAFRE, que lhes dava todo o apoio e abertura no assunto em questão. Referiu que, no momento, o que se falava era em “unir” freguesias e não “extinguir”, sendo que podiam as restantes freguesias estar na mesma linha. Informou que o Presidente da ANAFRE o tinha informado de que, como a Lei ainda não estava aprovada, era bom discutir e irem-se preparando. Mais disse que todos os esforços estavam a ser feitos. -----

----- Seguiu-se o **Sr. membro da Assembleia Albano Lourenço (PSD)** que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, disse que o Seixo como não era uma freguesia visada não tinham tomado nenhuma iniciativa, iriam tê-la na próxima Assembleia de freguesia. Independentemente do que viesse a acontecer, era contra qualquer extinção ou união/junção de freguesias, mas era da opinião que as pessoas, dessa forma, perdiam alguma da sua identidade, até porque se houvesse junção, a freguesia teria que adotar outro nome. -----

----- De seguida, interveio o **Sr. membro da Assembleia Carlos Milheirão (PS)** e, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que com a determinação que o governo tinha em “machadar no cidadão” acreditava plenamente que fosse haver uma reorganização administrativa a nível das freguesias e que a “batata quente” passava para as Assembleias de freguesias e Assembleias municipais. Relativamente à Praia de Mira, disse que não estava preocupado. -----

----- O **Sr. membro da Assembleia António Cardoso Alberto (PS)**, relativamente à freguesia de Mira, disse que a mesma não estaria em causa na discussão. No entanto, da sua



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte e da Freguesia de Mira, estavam sempre disponíveis para ajudar em tudo o que fosse necessário e para colaborar com as outras Freguesias. -----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** tomou a palavra e disse que, no momento, o que estava em causa não era a pronúncia da Assembleia mas, se a Assembleia concordasse, era uma pronúncia sobre a filosofia subjacente à Lei que iria no dia seguinte à Assembleia da República. Poderia não ser indiferente para uma próxima tomada de posição se, no dia de “hoje”, arranjassem matéria citada e dissessem que antes da aprovação da Lei *“não concordávamos, dissemos que estamos contra esta filosofia base de impor às Assembleias municipais uma forma de decidir que lhe cortava completamente a liberdade e, ainda por cima, penaliza os cidadãos face à sua decisão”*. -----

----- Leu o art.9º no ponto 4 da proposta de Lei que dizia o seguinte: *“sem prejuízo do disposto no número anterior, a participação do fundo de financiamento das freguesias, da freguesia por agregação, é aumentado em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação. Ponto 5: excetua-se do disposto do número anterior a criação de freguesias por efeito de agregação que não resulte de pronúncia da Assembleia Municipal, conforme com os princípios e parâmetros de agregação presentes na presente Lei”*, isto era, a Assembleia Municipal na sua autonomia entendia que não se devia pronunciar sobre aquilo, porque estava a ser ultrapassada na sua autonomia e liberdade; o governo fazia na mesma, com os pareceres técnicos e ia penalizar a associação de freguesias ou a união de freguesias que daí resultasse. Era isso que para si estava mal, era uma ameaça, uma chantagem. Tratava-se de uma filosofia de base autoritária e que não era necessário autoritarismos displicentes em relação às funções e ao nível do valor das decisões autárquicas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ainda leu o art. 10º onde constava: “ *a Assembleia Municipal após consulta ou proposta da câmara municipal, delibera sobre a reorganização administrativa do território das freguesias considerando os princípios e os parâmetros de agregação definidos na presente lei*”.

Então se era perante os princípios, não valeria a pena deliberar. Para quê? Andava a fazer de conta? Define-se uma regra e diz-se: “delibere de acordo com esta regra”. Então que deliberassem eles. Porque é que recorriam à Assembleia? Só para a Assembleia ter o ónus da deliberação? É o que estava em causa, porque se não deliberassem de acordo com os princípios, iam penalizar os concidadãos. -----

----- Disse a todos os membros da Assembleia, que no dia, a decidirem alguma coisa, era sobre aquilo. Faziam algo e diziam que não concordavam e refutavam a filosofia base de organização ou funcionamento presente, de condicionamento de decisão da Assembleia, ou não. Era mais a filosofia até porque provavelmente não se sabia quanto é que era 15% do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias). O problema estava na forma insidiosa como estavam a mexer na liberdade e autonomia das Assembleias municipais, era só isso que estava em causa e não propriamente a substância. O que incomodava verdadeiramente era a ameaça e aquele espírito para defenderem a comunidade e integridade. Mas deixou à Assembleia a decisão de se queriam pronunciar-se ou não, naqueles termos e, ao fazê-lo, devia ser uma pronúncia consensual. -----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** disse que não eram obrigados a tomar nenhuma posição sobre a reestruturação, se o fizessem por omissão, era aplicado o que estava dito, a comissão técnica iria fazê-lo. Podia mexer em todas as freguesias ou em nenhuma e os 15% eram penalizados automaticamente porque não interferiram no processo. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou todos os presentes se se pronunciavam sobre a filosofia do documento, ou não. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. membro da Assembleia Paulo Grego (PS)** usou da palavra e disse que deviam pronunciar-se sobre a filosofia, disse que não concordavam com o *modus operandi* e considerou que nenhum membro da Assembleia da Assembleia Municipal queria ficar com a responsabilidade de ter proposto essa reformulação. Na sua perspetiva, o que havia a fazer era deixar em ata a indicação no sentido de que não concordavam com aquilo que estava plasmado na Lei, relativamente a esta situação. Referiu ainda que, antes do projeto ser aprovado (que seria no dia seguinte), já não tinham hipótese de dizer que não concordavam com ele, só tinham era que se pronunciar ou omitir. Antes de isso estar “preto no branco”, salvaguardá-los-ia dizer em Assembleia que não concordavam com a forma como o processo estava a ser conduzido. A partir do dia de “amanhã” iam ser chamados a pronunciarem-se e a darem o seu contributo, davam e ficavam com o ónus dessa posição ou não davam e, por omissão, a comissão técnica aplicaria os critérios e todos sabiam qual era o resultado e assim não eram bonificados com os 15% do FFF. Era sua opinião que deviam deixar em conjunto a intenção, para depois se puderem valer disso, dizendo que “*como já tínhamos avisado anteriormente, não concordamos com esta proposta de projeto de Lei*”. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** que disse que estavam a um dia do conhecimento do projeto de Lei que entrou na Assembleia da República; que teriam que ter exigido à Assembleia durante o período em que esteve em discussão pública e antes do projeto ter dado entrada na Assembleia, porque a partir de agora competia-lhes pronunciar, politicamente e legalmente sobre o projeto que seria aprovado. Antecipadamente teriam de ter tido a capacidade de, nessa altura, ter feito moções, recomendações, etc. Não era necessário dizer muito mais do que as bancadas tinham dito relativamente a isso, em ata iria constar que, relativamente àquilo que ia ser discutido, a posição



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos grupos municipais e dos Presidentes da junta era clara e inequívoca e tinham, assim, a salvaguarda para o futuro, quando tivessem que se pronunciar em termos de realidade daquilo que já pensavam, porque também tinha a esperança de que a própria Assembleia não seria imune e que, depois de aprovar e até à versão final da especialidade (dentro de 90 dias), não seria imune aos protestos, intervenções, informações, à reunião dos autarcas com o Sr. secretário de estado. Considerou que isso também iria trazer algumas modificações, tinha esperança que alguns critérios fossem alterados. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra e disse que, após ter ouvido as intervenções dos senhores membros da Assembleia, depreendia que se pudesse preparar um texto, o qual passou, de imediato, a elaborar, para enviar, designadamente, à Assembleia da República. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** e disse que eram desde o início contra o procedimento, já tinham manifestado oficialmente a posição em reunião de câmara. Tinham reunido com o Sr. secretário de estado, Dr. Paulo Júlio, que tinha informado que ia a todos os Concelhos, tinha-o louvado por isso, porque uma das grandes lacunas era precisamente a falta de diálogo com os Municípios, e mais, não podiam aceitar que caísse o ónus sobre o poder local de ter que pagar a crise, uma crise que não tinha provocado. As Freguesias e os Municípios não eram responsáveis pelo “grosso da coluna” da crise que estava instalada e agora estavam a entregar à Assembleia o “grosso da responsabilidade”. Acima de tudo, julgava que o que estava a ser posto em causa era um caso de dignidade democrática. -----

----- Dada a palavra ao **Sr. Vereador Miguel Grego**, este começou por aludir à situação da reorganização autárquica, para informar da posição do Executivo relativamente a esse assunto. Disse que, enquanto membro do Executivo, seria muito importante uma posição quanto ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto de Lei da parte da Assembleia Municipal, porque o mesmo, no dia seguinte, passaria a Lei; não tinha período de discussão pública, portanto apenas alguns organismos de classe podiam dar o seu contributo, nomeadamente a ANMP, ANAFRE e demais. Havia uma questão de princípio, o Sr. secretário de estado tinha anunciado nos diversos debates onde se tinha desdobrado pelo país, que nada seria decidido sem se realizar uma reunião com todas as autarquias. Questionou onde é que iriam fazer 308 reuniões no prazo de 90 dias? Portanto, uma vez mais, ninguém ia ser ouvido, ou então far-se-ia uma reunião onde o Sr. secretário de estado, iria expor, sem direito a resposta àquilo que ia ser a norma do governo: *“sigam se entenderem, senão, já há uma equipa criada, chamada unidade de apoio técnico, que fará o trabalho”*. Aquela era a posição, e se assim o era, tinham toda a legitimidade, mas que não colocassem o ónus na mão de mais ninguém, que assumissem a reorganização. Havia algumas questões de princípio e que a Assembleia Municipal poderia considerar, pois o próprio governo, no Eixo 2 da sua ação da reorganização do território, colocava como primeiro ponto o setor empresarial local, tinha feito o trabalho de casa mas não tinha tido coragem de o colocar em prática, porque ia mexer com muitas empresas municipais. Depois, quanto à reorganização do território, a mensagem era clara: *“os despesistas são as autarquias e são autarcas a mais nas freguesias. Era gente a mais que gastava muito dinheiro ao país”*. O terceiro eixo era a “gestão municipal, intermunicipalismo e o financiamento”, e esse é que devia ser o primeiro eixo, porque o problema das autarquias locais era a lei de financiamento das autarquias locais e a lei das competências e atribuições. As Assembleias municipais estavam a ser chamadas a ter responsabilidades que não estavam consagradas na lei. -----

----- Portanto, considerou que, em primeiro lugar, se alterassem as competências e atribuições dos eleitos locais, Câmara, Freguesia, membros da Assembleia; em segundo lugar, que se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterasse a lei de financiamento, pois como é que um governo podia prometer dar mais 15% do FFF, quando isso não estava na Lei de financiamento, era mais um logro em que estavam a cair.

----- A posição do Executivo, e que pensavam chamar à colação e que poderia ajudar, era a filosofia do projeto lei, que no dia seguinte, previsivelmente (porque não conheciam os contributos da ANAFRE da ANMP e outras entidades) passaria a Lei e em que determinava que o “pontapé de saída” teria que ser dado pela Assembleia Municipal, (a câmara municipal apenas daria um parecer ou seria consultada) pelas Assembleias de freguesia, para que depois pudessem dizer *“por decisão da Assembleia Municipal, extingue-se 25% das freguesias”*. Era a imposição de uma regra do jogo, e que em lado nenhum havia fundamento na Lei para que fosse auscultada a Assembleia Municipal sobre isso. Havia a figura de que *“não se extinguem freguesias, unem-se freguesias”*, mas na realidade extinguíam-se e passava-se a usar a denominação de *“união das freguesias de X e Y”*. Questionou se alguém se ia rever nessa união de Freguesias e, mais grave ainda, criava-se o conselho de freguesia que tinha “zero de competências” e era entre os “homens bons”, para ter um conselho de freguesia entre as duas freguesias que iam fazer “zero” apenas para se sentirem representados. -----

----- Seria que os eleitos locais queriam as freguesias para “estar no poleiro” ou as pessoas estavam para “servir”? Para quê então o conselho de freguesia se não tem competências e nem estava previsto na Lei? Essa era a grande questão, a filosofia da Lei, e o Executivo tinha tomado aquela posição porque ia escudar-se de participar nesse debate. No momento em que quiseram participar e na reunião que tiveram com o Sr. secretário de estado, oportunamente, sobre o “intermunicipalismo”, o mesmo não quis discutir o assunto, disse que o assunto estava estudado tecnicamente. Se era um assunto técnico podia ser discutido pelos técnicos, para quê os políticos estarem a pronunciar-se? Tinham direito a dois lugares urbanos, tinha havido uma correção,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois havia a aberração de os Carapelhos deixarem de existir porque eram lugares urbanos, tinha havido essa correção porque os lugares urbanos só podem ser com 2.000 habitantes; mas depois diziam que tinham que acabar com 25%. Referiu que a câmara municipal não concordava com a filosofia da lei, por isso não iria fazer nenhuma proposta à Assembleia. Informou que a decisão da câmara tinha sido consultar a Assembleia e não fazer uma proposta, porque não concordavam com a mesma. -----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** que disse que tinha dúvida numa situação, pois na votação que se iria realizar no dia seguinte não iam levar à lei, mas sim, a uma aprovação na generalidade. Até à aprovação ainda teriam hipótese de se pronunciarem. -----

----- Novamente interveio o **Sr. Vereador Miguel Grego** dizendo que, de facto, no dia seguinte iam ter a aprovação da generalidade e que o prazo máximo que tinha sido dado era de 3 semanas. Inclusivamente, era dito que no prazo de 15 dias, as câmaras municipais iriam ser notificadas para exercer o que estava previsto na Proposta de Lei nº 44/XII, solicitando a convocatória de uma Assembleia Municipal. Esclareceu que na proposta que o governo tinha apresentado na AR dizia no primeiro parágrafo o seguinte: *“Portugal comprometeu-se a reduzir significativamente o número de autarquias através da assinatura do memorando de entendimento rubricado pelo anterior governo com a união europeia, o BCE e o FMI, no âmbito do plano de assistência técnica financeira, então solicitado”*, mas na atualidade não era aquela a justificação, era radicalmente outra, era: a economia de escala, evitar entidades despesistas, a promoção da coesão territorial; ninguém falava da Troika. Porque o livro verde, dizia e bem, que também tinha que se fazer reorganizações com base em alguns critérios, mas para essa foram retirados os critérios; quem ia sofrer e ficar com a “batata quente” eram os



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios que não eram exclusivamente urbanos. Deu como exemplo Coimbra que ia ter que extinguir quase 50% das suas freguesias. Afinal, qual o fundamento que estava subjacente à organização do território? Sem perceberem isso, como é que conseguiam pronunciar-se? O que é que estava por detrás disso? Essa era a grande questão.-----

----- Nesta altura, abandonaram a sessão os membros da Assembleia José Balugas e Carlos Milheirão, protestando pelo facto de não ter havido período de “antes da ordem do dia”.-----

----- **PONTO TRÊS - Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**-----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Manuel Martins**, em representação do Executivo, e começou por dar as boas vindas ao novo membro da Assembleia Municipal, Sr. Pedro Laranjeiro.-----

----- Reportando-se ao relatório, e relativamente à parte financeira, disse que quanto às taxas de execução, e como estavam diante de um mero dado estatístico, e estando no início do ano, julgava que não havia nada de relevante.-----

----- Relativamente ao endividamento da autarquia, informou que o endividamento líquido municipal cumpria os limites e a 31.12.2011 o limiar era de 3.880.000,00€ a longo prazo e o endividamento líquido municipal era de 5.837.533,00€ que foram cumpridos e que, na data referida, a situação financeira na altura era de um endividamento líquido de 5.300.000,00€ e o endividamento a longo prazo 2.733.695,00€. Como estava plasmado no relatório, havia uma redução tanto do endividamento a longo prazo como do endividamento líquido. A 13.02.2012 mantinha-se uma diminuição do endividamento líquido que, no momento, era de 5.125.000,00€ e o de longo prazo de 2.675.000,00€. Havia algumas situações, como a dívida a curto prazo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

superior a 90 dias, que os preocupava; era justificável com o atraso no reembolso de alguns pagamentos, mas esperavam cumprir com o que estava previsto. -----

----- Ainda podiam ver quanto às receitas, reportando-se à divisão do urbanismo, que havia a diminuição da receita, havia também uma diminuição da edificação e na parte social. Todos os dias se verificava um decréscimo na construção e no investimento nesse segmento da economia local. Ainda na parte social podia constatar a procura e o aumento de atendimentos e do que era solicitado, comparativamente com o ano anterior, tendo havido um aumento de atendimentos. Tinha havido também um aumento de processos e pedidos de apoio para obras de requalificação e obras em casos específicos na educação e na ação social. -----

----- Usou da palavra o **Sr. secretário da mesa da Assembleia Municipal** que, em nome da mesa, quis deixar um reparo ao relatório e aos serviços. Reportou-se à extensão do relatório e, apesar de se verificarem melhorias substanciais, solicitou novamente aos serviços que atendessem aos reparos da Assembleia de forma a tornar a análise mais clara. Também relativamente às grandes obras municipais, era importante que viesse contemplado no relatório o estado de desenvolvimento em que se encontravam. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia Juan António (PSD)** que começou por dizer que fazia dele as palavras do Sr. secretário da mesa da Assembleia Municipal. Havia ainda uma questão quanto ao reporte de informação de acontecimentos passados em hiatos de tempo alargados. Referiu o facto de haver alguns tópicos mais importantes pouco desenvolvidos, comparativamente com outros que classificava de menos importantes, dando como exemplo o tópico “*informação sobre o resultado da auditoria interna aos novos serviços*” em que não eram informados do resultado. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu que, curiosamente, a página 22 do anterior relatório, era exatamente igual à do atual relatório. Ou não tinha havido amortização dos empréstimos, o que só seria possível se todos tivessem planos financeiros trimestrais ou semestrais e que não se tivessem verificado pagamentos de juros, porque os valores em dívida e os pagamentos eram “religiosamente” iguais. Disse (e deixou uma chamada de atenção) que podiam ter sido condescendentes na realização do período de antes da ordem do dia, porque os pontos da Ordem do Dia eram pacíficos, podiam ter aberto uma exceção, pois era um espaço onde havia intervenção política e registou a manifestação de desagrado de dois membros da Assembleia que tinham abandonado a sessão. Lamentou o facto de não ter havido o período de antes da ordem do dia. -----

----- Reportou-se à pág. 14 do relatório, quanto à “redução dos pagamentos em atraso”, pois entroncava numa informação que se relacionava com a Lei dos Compromissos. Questionou o Executivo quanto ao que tinha sido feito pela câmara municipal nesse sentido, se tecnicamente estava preparada, se já tinham reportado ao tribunal de contas os valores em “aberto” em termos de compromissos financeiros que cabiam naquela questão (até 31.12.2011). Registou que o endividamento líquido tinha baixado, encontrava-se dentro dos limiares, o que registava com satisfação. -----

----- Seguiu a sua intervenção e na pág. 27, onde constava: “*foram realizados estudos económicos no que concerne a alterações dos tarifários da água e a sua repercussão na receita municipal*”, questionou o resultado dos estudos, se iria haver intenção de aumentar o tarifário da água. -----

----- Reportou-se à pág. 28, que passou a ler: “*Foi efetuado a adjudicação no que concerne ao concurso público da concessão de exploração do parque de campismo da juventude*”. Questionou qual o ponto de situação do atual parque de campismo da juventude. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na página 31, onde constava: *“foram feitas 21 participações de obras ilegais pela fiscalização e mais quatro participações de obras ilegais por munícipes”*, disse que se podiam saber o nome dos infratores, à semelhança de como se tinha tratado de um auto de um estabelecimento comercial que, na altura, não estaria a cumprir com a legislação em vigor, e usando o mesmo princípio, porque se num caso tinham dado o nome das pessoas, agora, neste caso em concreto, podia seguir-se o mesmo princípio. -----

----- Quanto à pág. 34 disse ter ficado “pasmado” quando leu *“estudos e projetos: anteprojeto para o restaurante bar e supermercado na sala de convívio do parque de campismo municipal na Praia de Mira”*, pois estavam em fevereiro e ainda só estavam na parte do anteprojeto, seguindo-se o projeto. Lamentou que o mesmo estivesse a acontecer porque isso ia entroncar no que sempre acontecia, normalmente as épocas balneares que deviam ser preparadas em setembro do ano anterior, começavam a ser preparadas muito em cima e acabava-se por não se realizarem as obras, porque era uma situação que já tinha sido reportada em anteriores Assembleias e continuavam sucessivamente a ocorrer. Mais grave que isso eram as obras dos Bungalows do parque de campismo. Referiu que a inoperacionalidade da Câmara Municipal trazia custos acrescidos, sendo que não estavam a potenciar a mais-valia que era o turismo -----

----- Para finalizar a sua intervenção, reportou-se à página 48 do relatório, quanto ao associativismo. Questionou quantas associações, até ao momento, tinham entregue o plano de atividades e relatório de contas com base nos subsídios atribuídos. -----

----- Seguiu-se o **Sr. membro da Assembleia Paulo Grego (PS)** e, quanto ao relatório, disse que não lhe incomodava que fosse tão detalhado, achava que era preferível “pecar por excesso do que por omissão”. Mostrou-se preocupado, pois no relatório dizia que o valor da dívida superior a 90 dias era elevado. Questionou se tinham algum “plano” para combater o aumento



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da dívida superior a 90 dias e a implicação que isso tinha aos fornecedores locais e regionais e se podiam mais ou menos avançar; aquilo que poderia abater na dívida; aquilo que faltava receber do Estado e da UE relativamente a projetos aprovados e cofinanciamentos garantidos. --

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** e disse que os critérios de elaboração não eram os mesmos em todo o relatório. O seu colega de bancada tinha citado alguns problemas claros e precisos. Os critérios aplicados em alguns pontos não eram os mesmos para outros. Disse que há dois anos que estavam na Assembleia e que vinham a chamar à atenção, sistematicamente, pela falta de informação, relativamente a algumas questões que deviam ser claras nos relatórios que se fazem e na documentação que era distribuída aos membros da Assembleia. Em nome do grupo do PSD manifestou a preocupação quanto à assunção do valor da dívida a 90 dias. Por fim, na sequência do exposto pelo Sr. membro da Assembleia Juan António, disse que havia questões que eram ditas em Assembleia que, na prática, demoravam meses a serem concretizadas. -----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins**, para responder às questões levantadas. -----

----- Respondeu ao Sr. membro da Assembleia Juan António, quanto à redução da despesa. O que constava no OE era referente a junho de 2011 e 31 de dezembro de 2011. Esse estudo tinha que ser feito e tinha que ser cuidadoso na forma de proceder, tinha que haver regras e também a DGAL dar informação de como é que os serviços deviam enquadrar a situação. Estavam a cumprir e a dívida em junho de 2011, após 360 dias era de 2.329.000,00€ e a 31 de dezembro de 2011 era de 1.944.132,00€; havia uma redução nos pagamentos e era onde estavam com mais problemas. A contabilidade e os serviços da câmara municipal informavam a DGAL, sempre até ao 5º dia do mês seguinte, de despesas com pessoal; o balanço social até março e,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

semestralmente, fazem o balancete e o controlo orçamental da despesa e receita e endividamento do Estado. -----

----- Relativamente à dívida, considerou que estavam no “bom caminho”, tendo também em conta a falta de alguns pagamentos (que provavelmente em abril seriam pagos), tais como: “iniciativas de valorização do litoral” que rondava os 322.000,00€; pedidos de pagamento do reembolso da zona industrial que andavam à volta de 300.000,00€; variante sul à volta de 345.000,00€. Estes valores podiam fazer face no combate da dívida, mas evidentemente tinham que ter alguma cautela em tudo o que era despesa e estavam atentos a isso.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** e, relativamente ao FAOJ, informou que estava em fase de celebração de contrato e de apresentação de garantia bancária.-----

----- Reportou-se, seguidamente, à intervenção do Sr. membro da Assembleia Juan António e informou que a empresa que tinha ganho o concurso era a empresa “Campestre & Romântica”. Era uma concessão em que o concessionário iria efetuar um pagamento médio mensal, o resto do montante iam pagar menos nos primeiros cinco anos, nos cinco anos seguintes iam pagar mais e nos cinco seguintes verificava-se novamente outro aumento. Disse ainda que a média dos 15 anos era de cerca de 3100€/mês. -----

----- Relativamente ao relatório disse que já não sabia mais que o fazer. Tratava-se de um relatório elaborado por divisões diferentes, porque era feito pelos chefes de divisão de cada serviço; depois os Srs. membros da Assembleia, de reunião para reunião, solicitavam alterações diferentes; deixou novamente o desafio aos Srs. membros da Assembleia para que os mesmos lhe fizessem chegar o modelo de relatório que pretendiam, solicitou que dissessem qual era a informação que pretendiam.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à Lei dos compromissos, questão igualmente levantada pelo Sr. membro da Assembleia Juan António, referiu que havia duas questões. Primeiro, a lei estava em vigor, mas era inaplicável, o que demonstrava que, cada vez mais, o Estado procurava fazer leis para introduzir o ónus nas autarquias locais, mas não fazia o seu trabalho, que era criar os mecanismos de gestão em que pudessem colocar os dados. Havia a necessidade da criação da plataforma no SIIAL. Disse ainda que toda a informação era reportada à DGAL. -----

----- Quanto aos bungalows referiu que a “história” dos mesmos era muito antiga, era uma “vergonha” para todos. Infelizmente, e devido aos constrangimentos, não conseguiam fazer empreitadas “chave na mão”, porque era um gasto tremendo e implicava que o parque de campismo não pudesse funcionar durante alguns anos, o que era impossível. Compreendia o entendimento do Sr. membro da Assembleia Juan António mas, por vezes, entre aquilo que era o desejo e aquilo que era possibilidade, tinha que se optar pela assunção do compromisso, sujeitando-se à crítica.-----

----- Reportou-se ao associativismo e aos números dos relatórios de atividades entregues. Infelizmente, a grande maioria das associações não tinha cumprido o prazo para entrega dos relatórios e, até ao dia anterior, tinham cerca de 28% de relatórios entregues. Mas aqueles 28%, do universo total das associações que “trabalham a fundo”, representavam mais de 50%. Informou que também faziam a atribuição dos subsídios por conta.-----

----- Prosseguiu com os esclarecimentos e quanto ao projeto da ESTGA informou que era o projeto de um estagiário da câmara que estava incluído numa equipa e era a câmara que estava a supervisionar e orientar. Para que ficasse claro, não era nenhum vídeo que fosse menorizar o Concelho de Mira, era um DVD que a câmara queria assumir como seu e agradecia desde já à equipa de estagiários que o estava a fazer com a coordenação dos técnicos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à intervenção do Sr. membro da Assembleia Paulo Grego, disse que o plano para pagar, infelizmente, era demasiadamente simples: o plano para pagar era receber. Entre QREN, III QCA, PROMAR (sem falar da dívida do ministério da educação e de outros) eram 2.500.000,00€. Uma das causas da “atrofia” de grande parte das autarquias era o próprio Estado e os seus organismos que não pagavam, nomeadamente o FDR – transferências do QREN.-----

----- Relativamente à intervenção do Sr. membro da Assembleia José Frade, já tinha explicado que o relatório era feito pelos serviços, iam ter que intervir mais junto dos serviços, tinham que lhes pedir mais uniformização, mas solicitou novamente ajuda aos membros da Assembleia para lhes dizerem claramente o tipo de informação que pretendiam. Pediu ainda que comparassem o atual relatório com os relatórios dos anos anteriores, 8/6/4 anos atrás.-----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** referiu que tinha sido claro quando disse que os critérios no relatório não eram iguais, quando numas situações se escreviam coisas ao pormenor, noutras dizia-se a frase e não se dizia o resto, coisas importantes. Considerou que tinha sido explícito como queriam o relatório e que o mesmo critério fosse usado em todos os assuntos.-----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** disse que não conseguia entender o que era pretendido para o relatório e o que depreendiam dele, mas os serviços estavam todos representados na sessão, confiava neles e certamente que iam entender o que lhes estava a ser pedido. Também já tinha percebido que não queriam dizer de forma clara quais eram as modificações que pretendiam. -----

----- **PONTO QUATRO: Retificação, nos termos do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

janeiro, de deliberação: alteração dos estatutos da Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque e autorização da cedência (troca) de participações sociais.-----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, **Dr. Manuel Martins.** -----

----- Informou que a câmara municipal, por deliberação em reunião de câmara de 28 de janeiro de 2010 e de 13 de abril de 2010, e a Assembleia Municipal em sessão de 23 de fevereiro de 2010 e 26 de abril de 2010, aprovaram a alteração aos estatutos da Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque e autorizaram a cedência por troca de participações sociais. Por lapso, tinha sido referido nas supracitadas deliberações que a alteração da participação associativa era no valor nominal de 370.708,00€, quando, na verdade, seria 371.708,00€. Havia uma diferença de 1000,00€ que importava corrigir. O que era pretendido era a retificação da deliberação da alteração dos estatutos da AIBAP e a alteração da cedência de trocas de participações sociais e a retificação da deliberação.-----

----- Não se verificando intervenções, a Assembleia deliberou **aprovar por unanimidade** a retificação, nos termos do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de janeiro, da alteração dos estatutos da Associação Incubadora do Beira Atlântico Parque e autorização da cedência (troca) de participações sociais. -----

----- **PONTO CINCO: Deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, sobre Integração no domínio público municipal de terrenos para acesso.**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins**, usou da palavra e informou que o Sr. José Gaudêncio Apolinário Santos e a Sr.^a Eugénia Maria Moreira Reverendo tinham solicitado, ao Município, a integração no domínio público municipal de parte dos respetivos terrenos que eram utilizados como caminho de acesso às suas propriedades. Informou que tinham sido consultados os dois processos de obras inerentes aos pedidos, tinha sido realizada uma visita ao local e a área proposta para integração do domínio público era no total de 534 m², conforme levantamento topográfico anexo à proposta. Ainda referiu que tinham sido corrigidas as áreas e confrontações depois de retirada a área do acesso. -----

----- Pretendia-se que a Assembleia Municipal deliberasse favoravelmente a aceitação das áreas descritas para integração no domínio público municipal, com a limitação de que o acesso público não tinha a área mínima para poder ser classificado como arruamento ou caminho público. -----

----- Usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia Juan António (PSD)** que informou o Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal, que um dos munícipes em causa era seu familiar direto, de maneira que se ia ausentar momentaneamente para não participar na discussão do ponto. -----

----- Não se verificando intervenções, a Assembleia deliberou **aprovar por unanimidade**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a integração das áreas descritas na proposta anexa à presente ata em que se considera reproduzida na íntegra, de terreno no domínio público municipal, conforme solicitação feita pelos munícipes Sr. José Gaudêncio Apolinário Santos e a sr.^a Eugénia Maria Moreira Reverendo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO SEIS: proposta de não adjudicação, revogação da decisão de contratar do Concurso Público de Concessão de Exploração do uso privativo do bar da Piscina Municipal de Mira, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º1 do artigo 79.º e artigo 80.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como, nova abertura de concurso público de concessão com a aprovação das peças processuais, programa de procedimento, caderno de encargos, júri do concurso e respetiva delegação de competências.**-----

----- Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins**. Informou que o júri do concurso público para concessão da exploração do bar da piscina municipal de Mira propôs, à Câmara, a não adjudicação e a revogação da decisão de contratar do concurso. -----

----- Tinha sido aprovado em reunião de câmara em 13.10.2011, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º1 do artigo 79.º e artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. Tinha sido ainda sugerida a alteração das peças do procedimento e, em simultâneo, a abertura de novo procedimento. A decisão estava relacionada com a necessidade de adequar as peças do procedimento com a Lei. As peças continham uma lacuna quanto à proibição da venda de bebidas alcoólicas e tabaco, sendo que essa lacuna originaria uma alteração do equilíbrio financeiro do contrato, gorando as expetativas dos concorrentes e violando os princípios fundamentais do CCP, da boa-fé, igualdade e concorrência. Assim sendo, a Câmara Municipal tinha revogado a abertura do concurso e recorrido a um novo concurso com peças corrigidas.----

----- O **Sr. secretário da mesa da Assembleia Municipal** informou que o Sr. membro da Assembleia Juan António tinha retomado os trabalhos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD).**

Começou por se reportar ao assunto da informação que era dada aos membros da Assembleia para análise, assunto esse, já abordado em Assembleias anteriores. Referiu que trazia algum desconforto à bancada do PSD porque queria decidir com consciência, com fundamento político e jurídico, saber o que estava em causa e a respetiva tramitação. Isto, para dizer, uma vez mais, que verificaram que lhes era passada uma certidão e eram confrontados a tomar uma decisão relativamente a um concurso; mas que, mais uma vez, se verificava a falta de envio de documentação completa, porquanto não tinha sido remetida a ata do júri do concurso, pese embora a mesma seja mencionada na certidão, como dela fazendo parte integrante. -----

----- Referiu que assim os obrigava a requerer a ata do júri, que tinha sido presente à câmara, para saberem o que é que se passava, o que constava da ata do próprio júri, etc. Voltou a referir que não lhes bastava a informação de que a câmara tinha deliberado e apreciou a ata de um júri, à qual os membros da Assembleia deviam também ter acesso para lerem. Referiu ainda que podiam todos estar a incorrer em risco de serem futuros responsáveis por eventuais ilicitudes e, *à priori*, declinavam qualquer responsabilidade em que a câmara pudesse vir a ser condenada ou a responder pelo processo. Estava à espera de muito mais informação, gostava de ter o fundamento do que esteve na base da decisão. -----

----- Interveio o **Sr. Vereador Miguel Grego**, na dupla qualidade de Vereador, em representação do Executivo, e de Presidente do júri. Informou o Sr. membro da Assembleia José Frade que a ata do júri do concurso não tinha feito parte da deliberação de câmara, por isso é que não tinha sido enviada. Toda a explanação feita pelo Sr. membro da Assembleia tinha razão de ser, partindo do pressuposto de que o Executivo para decidir tinha direito a ler o documento da ata, o que estava na sua base, mas informou que também este não tinha tido acesso ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referido documento. O que estava a ser decidido não era o procedimento porque os membros da Assembleia não tinham competência para analisar o procedimento; os membros da Assembleia Municipal tinham competência para autorizar a abertura de concursos plurianuais e, posteriormente, para os adjudicar. Era essa a competência de um membro da Assembleia Municipal, mas se o Sr. membro da Assembleia quisesse conhecer todo o procedimento, com a autorização do Sr. Presidente, poder-lhe-ia ser entregue cópia da ata de imediato. Disse que tinham a obrigação de ter detetado que havia um lapso no caderno de encargos, que era a “proibição de venda de bebidas alcoólicas em espaços desportivos”, e não tinham detetado; os serviços tinham falhado. Tinha havido um erro, tinham que o corrigir atempadamente e era o momento, antes de assinarem contrato e de tomarem a decisão final. Disse que a ata não constava porque o fundamento estava integralmente plasmado na proposta. A Câmara não tinha competência para anular os procedimentos, porque quem abria o procedimento era a Assembleia, logo era a Assembleia que tinha competência para aprovar, anular e aprovar abertura de novo concurso. -----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** interveio e referiu que a sua intervenção tinha sido com base na informação da certidão que tinha sido disponibilizada à Assembleia, onde estava escrito na proposta de deliberação do executivo: “*foi presente ata do júri do concurso público*”. -----

----- O **Sr. Vereador Miguel Grego** referiu que o Sr. membro da Assembleia tinha razão na sua intervenção, partindo do pressuposto que a ata tivesse sido presente à câmara, mas isso não se tinha verificado, ou seja, efetivamente, certamente por lapso, a ata não acompanhou o processo que foi presente na reunião de câmara e, como tal, e apenas por esse motivo, não tinha sido também remetida no processo enviado aos senhores membros da Assembleia. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Sendo autorizado, o Sr. Vereador disponibilizou o processo para consulta. -----

----- O **Sr. secretário da mesa da Assembleia** interveio e referiu que o assunto já estava esclarecido. As sessões das Assembleias também serviam para clarificar e retificar assuntos como o que estava em causa. Também ele comungava da ideia de que deviam ser disponibilizados os elementos necessários para tomar uma decisão. O assunto já estava esclarecido. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o **Sr. membro da Assembleia Juan António (PSD)** e começou por dizer que um lapso todos podiam ter, mas em “bom juízo” para o grupo não era muito confortável aquele tipo de situações e deixou um alerta para o rigor e o cuidado no envio dos documentos. Alertou para o facto de analisarem documentos e os mesmos não os deixarem tomar conclusões muito corretas; uma falha todos podiam ter, mas estava a acontecer com alguma frequência esse tipo de “lapsos”, pediu novamente rigor e cuidado. -----

----- Autorizada a intervir, usou da palavra a **chefe de divisão Administrativa e Jurídica** que assumiu o lapso dos serviços. Não tinha sido presente a ata do júri à reunião, mas o assunto foi discutido e foram esclarecidas algumas questões. Informou ainda que a cópia da ata podia ser facultada no mesmo momento, se o Sr. Presidente o permitisse. -----

----- Os senhores membros da Assembleia representantes do MAR e do PSD solicitaram cópias da ata do júri do concurso, as quais foram prontamente entregues. -----

----- O **Sr. secretário da mesa da Assembleia Municipal**, para rematar, embora considerando os lapsos na documentação que lhes tinha sido entregue, julgava que o ponto estava suficientemente esclarecido, ou seja, a anulação do concurso devia-se ao facto do anterior caderno de encargos permitir a venda de bebidas alcoólicas em espaços desportivos públicos e era precisamente esse ponto que se pretendia corrigir. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não se verificando mais intervenções, a Assembleia deliberou **aprovar por maioria**, com a abstenção do grupo do PSD e do MAR, a não adjudicação, revogação da decisão de contratar do Concurso Público de Concessão de Exploração do uso privativo do bar da Piscina Municipal de Mira, ao abrigo das disposições combinadas da alínea c) do n.º1 do artigo 79.º e artigo 80.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como, nova abertura de Concurso Público de Concessão com a aprovação das peças processuais, programa de procedimento, caderno de encargos, júri do concurso e respetiva delegação de competências. -----

----- DECLARAÇÃO VOTO -----

----- O **Sr. membro da Assembleia José Frade (PSD)** usou da palavra e referiu que a abstenção do grupo do PSD tinha ficado clara nas suas intervenções, mas informou que nos prazos regimentais iria remeter uma declaração de voto justificativa da sua abstenção.-----

----- Seguiu-se o **Sr. membro da Assembleia Paulo Grego (PS)** para dizer que, naquilo que eram as competências atribuídas aos membros da Assembleia Municipal, o emendar de um erro que aconteceu era sempre de louvar e era para isso que conduziam o seu serviço na câmara, daí o voto favorável: para que fosse reposta a legalidade do concurso.-----

----- Prosseguindo os trabalhos, foi **retomado o ponto dois da ordem de trabalhos** e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a moção:-----

----- “*Posição da Assembleia Municipal de Mira relativa ao teor dos números 4 e 5 do artigo 9º da Proposta de Lei nº 44/XII da PCM.* -----

----- *Tendo em consideração o teor dos números 4 e 5 do artigo 9º da Proposta de Lei nº 44/XII da PCM, a Assembleia Municipal de Mira, em reunião ordinária de 29 de fevereiro de 2012,*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendeu pronunciar-se nos seguintes termos e deles dar conhecimento à Assembleia da República e ao Governo:-----

----- 1. A filosofia que subjaz a redação dos pontos 4 e 5 do artigo 9º expressa um condicionamento inaceitável do funcionamento das Assembleias Municipais, atingindo, no seu âmago, a liberdade, autonomia e independência para decidir;-----

----- 2. Veja-se que as Assembleias não foram ouvidas previamente, mas seriam cominadas a decidir em função de princípios e parâmetros propostos pelo Governo e a assumir o ónus da aplicação desses princípios e parâmetros ainda que contra a sua vontade;-----

----- 3. Na verdade, tal pode acontecer, para não prejudicar as freguesias que venham a ser agregadas centralmente, sem prévia pronúncia da Assembleia Municipal em conformidade com os princípios e parâmetros de agregação previstos na lei, já que estas não terão direito ao aumento de 15% do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias), ainda que a Assembleia Municipal tome uma decisão unânime baseada na melhor interpretação dos interesses das populações em causa;-----

----- 4. Efetivamente, seria bem mais vantajosa, procedente e respeitadora da natureza das Assembleias Municipais, se a pronúncia das Assembleias pudesse ser tomada em conformidade com o ponto 33 da posição expressa pela ANMP ("A consagração de critérios gerais para todo o país deve constituir-se como mera referência indicativa, havendo que deixar para as comunidades locais e para os seus legítimos representantes o encontro das soluções de reorganização territorial que melhor sirvam as populações") e com o ponto 35, quando a ANMP considera que a pronúncia das Assembleias Municipais deve ser vinculativa;-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 5. Assim, a Assembleia Municipal de Mira não se revê na filosofia expressa e não aceita ser condicionada nas suas decisões, apenas para não prejudicar as suas freguesias, pelo que rejeita a letra e o espírito da proposta de Lei em causa, no que aos pontos indicados se refere; -

----- 6. Por outro lado, insta a Assembleia da República a corrigir os aspetos gravosos desta Proposta de Lei. -----

----- Mira, 29 de fevereiro de 2012 -----

----- A moção foi colocada à apreciação do plenário, tendo sido deliberado pela Assembleia Municipal **aprovar por unanimidade e aclamação** a moção relativa à proposta de lei n.º 44/XII da Presidência do Conselho de Ministros (n.ºs. 4 e 5 do artigo 9.º) – regime jurídico da reorganização administrativa.-----

----- O **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal** solicitou ao Executivo que, no presente dia, se fizesse chegar à Assembleia da República a moção, por fax e email, assim como aos Presidentes dos grupos parlamentares.-----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e cinquenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Dr.)



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 1º. Secretário,

(Calisto de Oliveira Coquim)

O 2º. Secretário,

(Sara Raquel dos Santos Fresco)